

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM TABAPUÃ/SP RESULTANTES
DA DINÂMICA PRODUTIVA AGROPECUÁRIA: ENTENDENDO O
DESENVOLVIMENTO RURAL E A PERMANÊNCIA DA AGRICULTURA
FAMILIAR**

The changes in sociospatial Tabapuã/SP resulting from dynamic agricultural production:
understanding rural development and agriculture family stay

Las transformaciones socio-espaciales en Tabapuã/SP resultantes de la dinámica
productiva agropecuária: entendiendo el desenvolvimiento rural y la permanencia de la
agricultura familiar

Guilherme Valagna Pelisson
Universidade Federal de Jataí
gvpelisson@yahoo.com.br

Thales Silveira Souto
Universidade Federal de Santa Maria
thales.souto@hotmail.com

Resumo

O objetivo do trabalho é compreender as articulações entre agricultura familiar e o agronegócio no município de Tabapuã/SP, a partir da análise de três importantes dinamizadores socioespaciais, os quais referem-se ao cultivo do café, laranja e da cana de açúcar. Para tanto realizou-se a investigação a partir de etapas metodológicas. Inicialmente, fez-se a pesquisa bibliográfica; posteriormente, coletou-se dados secundários (IBGE, Fundação Seade, Casa da Agricultura, Sindicato dos trabalhadores Rurais e Biblioteca Municipal); em outro momento, fez-se o trabalho de campo, primando a realização de entrevistas estruturadas aos sujeitos da pesquisa. Salienta-se que essas culturas foram em períodos específicos fundamentais para o processo de organização/reorganização socioespacial desta unidade territorial. Entretanto, nesse cenário, houve a desarticulação e redução da agricultura familiar. A expansão da plantação de culturas importantes para o capital internacional resultou em efeitos no campo deste município. No que tange a monocultura do café, ressalta-se a meação. Em outro momento houve a contratação de bóias-frias para a colheita da laranja, resultando impactos socioeconômicos. Por fim, ocorreu a substituição de fundamentais culturas e, até mesmo, da área destinada ao café e a laranja, devido a expansão da cana de açúcar. No que tange os impactos ocorridos à agricultura familiar, aponta-se a dificuldade de manutenção desta atividade frente os obstáculos impostos pela expansão das culturas comerciais de interesse internacional. Portanto, verificou-se os impactos relacionados a expansão das monoculturas no período analisado, bem como, à agricultura familiar, a qual encontra-se em profunda desatenção do poder público municipal. Além disso, constatou-se a falta de orientação desses agricultores frente a atuação do Estado para o desenvolvimento desta

atividade, esta por sua vez, caracteriza-se como fundamental abastecedora de alimentos básicos e essenciais para a população brasileira.

Palavras-chave: Transformações Socioespaciais. Agricultura Familiar. Agronegócio. Tabapuã/SP.

Abstract

The objective is to understand the links between family farming and agribusiness in the municipality of Tabapuã / SP, from the analysis of three major driving force behind socio-spatial, which refer to the cultivation of coffee, oranges and sugar cane. For both held research from methodological steps. Initially, there was a literature search; subsequently collected secondary data (IBGE, Seade Foundation, House of Agriculture, Labor Union of Rural and Municipal Library); at another time, there was the fieldwork, striving conducting structured interviews to the research subjects. Please note that these cultures were fundamental in specific periods for the process of organization / reorganization of socio-territorial unit. However, in this scenario, there was the dismantling and reduction of family farming. The expansion of planting important crops for international capital resulted in effects in the field of this municipality. Regarding the coffee monoculture, it emphasizes the sharecropping. Another time there was hiring day laborers for the harvest of orange, resulting socioeconomic impacts. Finally, the replacement key cultures occurred and even the area for coffee and orange due to expansion from cane sugar. Regarding the impacts occurred to the family farm, points up the difficulty of maintaining this activity against the obstacles imposed by the expansion of cash crops of international interest. Therefore, there was the impact from expansion of monocultures in the analyzed period, as well as family farming, which is in deep inattention of the municipal government. In addition, there was a lack of guidance these farmers against state action to develop this activity; this in turn is characterize as fundamental supplying basic and essential food for the Brazilian population.

Keywords: Socio-spatial transformations. Family farming. Agribusiness. Tabapuã / SP.

Resumen

El objetivo del trabajo es comprender las articulaciones entre agricultura familiar y el agronegócio en el municipio de Tabapuã/SP, a partir del análisis de tres importantes dinamizadores socio-espaciales, los cuales se refieren al cultivo de café, naranja y de caña de azúcar. Por tanto se realizó la investigación a partir de etapas metodológicas. Inicialmente, fue realizada la búsqueda bibliográfica; posteriormente, se colectó datos secundarios (IBGE, Fundación Seade, Casa de la Agricultura, Sindicato de trabajadores rurales y Biblioteca Municipal); en otro momento, fue efectuado el trabajo de campo, sobresaliendo la realización de entrevistas estructuradas a los sujetos de la búsqueda. Se resalta que esas culturas fueran en periodos específicos fundamentales para el proceso de organización/reorganización socio-espacial de esta unidad territorial. Sin embargo, en ese escenario, hubo la desarticulación y reducción de la agricultura familiar. La expansión de la plantación de culturas importantes para el capital internacional resulto en efectos en el campo de este municipio. En lo que concierne a la monocultura del café, se resalta la aparcería. En otro momento se tuvo la contratación de bóias-frias para la colecta de naranja, resultando en impactos socioeconómicos. Por fin, ocurrió la sustitución de culturas fundamentales y, incluso, del área destinada al café y la naranja, debido a la expansión de la caña de azúcar. En lo que concierne a los impactos ocurridos a la

agricultura familiar, se apunta a la dificultad de manutención de esta actividad frente a los obstáculos impuestos por la expansión de las culturas comerciales de interés internacional. Por tanto, se verificó los impactos relacionados a la expansión de monoculturas en el periodo analizado, bien como, a la agricultura familiar, la cual se encuentra en profunda desatención del poder público municipal, además se constató la falta de orientación de esos agricultores frente a la actuación del Estado para el desenvolvimiento de esta actividad, está por su vez, se caracteriza como fundamental abastecedora de alimentos básicos y esenciales para la población.

Palabras-clave: Transformaciones socio-espaciales. Agricultura Familiar. Agronegocios. Tabapuã/SP.

Introdução

Este trabalho aborda as transformações socioespaciais ocorridas no espaço rural do município de Tabapuã, ocasionadas pelo desenvolvimento regional. E tem como objetivo compreender as articulações entre agricultura familiar e o agronegócio no município de Tabapuã/SP, a partir da análise de três importantes dinamizadores socioespaciais, os quais referem-se ao cultivo do café, laranja e da cana de açúcar. Justifica-se a escolha desses cultivos para análise, devido as transformações resultantes no campo, as quais permitiram a evolução no cenário econômico, político, espacial, ambiental e cultural desta unidade territorial. Estas por sua vez, foram prejudiciais para o desenvolvimento da agricultura familiar, gerando impactos a este segmento.

Neste estudo, entende-se como agricultores familiares aqueles indivíduos que constituem uma base familiar para manter a propriedade rural e que se enquadram na Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, ou seja, possuem até quatro (4) módulos fiscais, o que em Tabapuã corresponde a 64 hectares e que o estabelecimento seja próprio, cedido por empregador ou até mesmo ocupado.

A realização da pesquisa contou com levantamento bibliográfico, coleta de informações secundárias por meio de consulta ao Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE, Fundação Seade, trabalho de campo, por meio de técnicas e procedimentos de prática de coleta de dados: observações diretas, cobertura fotográfica e realização de entrevistas baseadas em um roteiro, o qual foi realizado com agricultores familiares previamente selecionados, que substituíram sua produção pela da cana-de-açúcar.

Localização e caracterização da área de estudo

Tabapuã situa-se na Mesorregião Geográfica de São José do Rio Preto, faz parte da Microrregião Geográfica de Catanduva, a qual é composta por 19 municípios. Localizando-se no noroeste do estado de São Paulo. Esta unidade territorial faz divisa com os municípios de Catiguá, Uchoa, Novais, Olímpia, Catanduva, Cajobi e Embauba, como pode ser visualizado na figura 1.

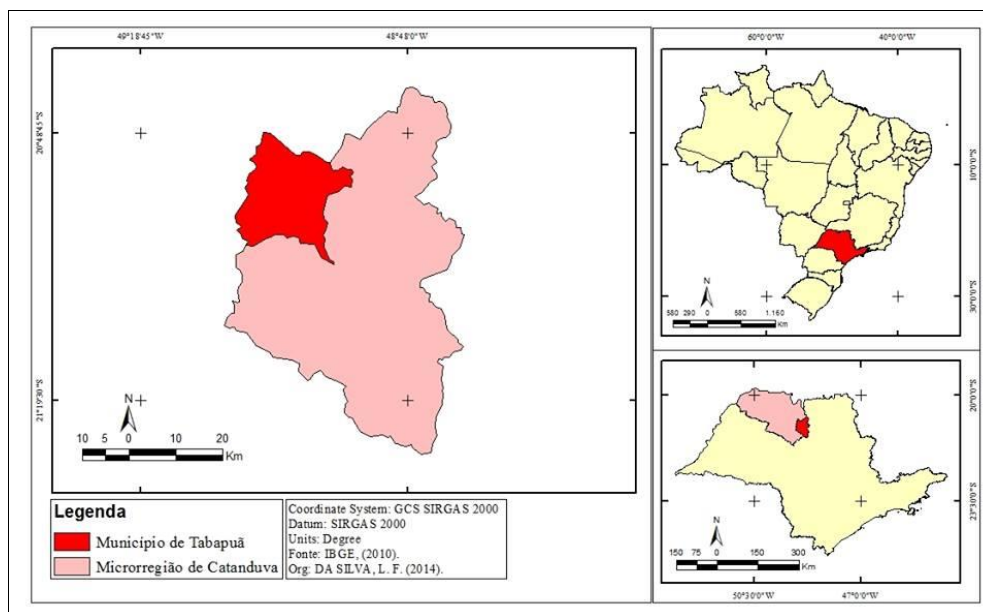


Figura 1 - Localização do município de Tabapuã, SP
Fonte de dados: IBGE (2010). Organização: Autores (2014)

A gênese do desenvolvimento socioespacial de Tabapuã, inicia-se no final do século XIX. De acordo com dados históricos do IBGE (2014),

(...) quando da passagem de Dom Pedro II e suas tropas com destino ao porto do Taboado, formou-se as margens do Rio Limeira um agrupamento de casebres, que recebeu o nome de Rancharia. Mais tarde, esse agrupamento transferiu-se para as margens da Estrada do Taboado, que ligava Jaboticabal ao porto do mesmo nome. Passou, então, o povoado a desenvolver-se, dada a boa qualidade de suas terras, que formavam as glebas Rancharia, São Lourenço do Turvo e São Domingos.

Sua formação administrativa, deu-se da seguinte forma: o povoado de Rancharia foi elevado a distrito de Paz com o nome de Tabapuã (do Tupi-guarani, onde Taba refere-se a casa e Pua quer dizer reunião), no município de Monte Alto, pela Lei Estadual Nº 1075, de

22 de agosto de 1907, e sua emancipação política administrativa deu-se em 27 de Novembro de 1919 (IBGE, 2014).

De acordo com o IBGE (Censo Demográfico, 2010), o município de Tabapuã possui uma área de 345,581Km² e uma população de 11.366 habitantes, dos quais 10.522 (92%) vivem no perímetro urbano e 844 (8%) habitantes na área rural. E com uma população estimada em 2014 de 12.027 (IBGE, 2015)¹. Desta forma, em 2010 tinha-se 32,88 habitantes por Km², o que indica baixa densidade demográfica. Vê-se, portanto, que se trata de um município de pequeno porte e com população reduzida.

Sobre o rural tabapuanense, de acordo com o IBGE (Censo Agropecuário de 2006) havia 276 unidades de estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar em 4.132 hectares e 124 unidades de estabelecimentos agropecuários não-familiares que ocupam uma área de 23.531 hectares, ou seja, há concentração de terras, onde se tem muitos hectares em mãos de poucos. E ao mesmo tempo têm-se muitos agricultores familiares com poucas terras. Nesse sentido, fica perceptível a forte presença no município da agricultura patronal² e uma economia rural voltada à produção de *commodities*³.

Um aspecto que pode ser observado sobre a relação campo-cidade em Tabapuã, é a dinâmica relacionada a demografia do município ao longo do período investigado, o qual se refere aos anos 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2010 (Tabela 1) de acordo com os censos demográficos do IBGE. Esta unidade territorial obteve significativa redução no número de habitantes tanto urbana, quanto e, principalmente, rural.

¹ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

² A agricultura patronal se contrapõe à agricultura familiar, e que conta, para produzir, com empregados permanentes ou temporários (BARROS, 2006, p. 1).

³ “[...] são bens diretamente originados na natureza, como minérios, petróleo, produtos agropecuários, florestais e seus derivados, a partir de algum processamento industrial” Apex-Brasil (2011, p. 6). Ainda sobre esta expressão, Frederico (2012, p. 4) salienta, “[...] entendida como um produto primário ou semielaborado, mineral ou agrícola, padronizado mundialmente, cujo preço é cotado nos mercados internacionais, em bolsas de mercadorias. Trata-se também de uma expressão política e geográfica, que resulta na exacerbação de especializações regionais produtivas enfraquecendo e submetendo o produtor local – pelo menos quando se trata de commodity agrícola – a uma lógica única ou global e a uma situação sobre a qual não exerce nenhum controle, favorecendo os compradores ou as grandes empresas de comercialização (tradings)”.

Tabela 1 – População Urbana e Rural de Tabapuã, SP⁴ (1940-2010)

ANO	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
URBANA	2357	2112	3066	3440	5412	9610	8348	9017	10522
RURAL	18293	13636	12254	7791	6892	3441	1806	1476	844
TOTAL	20650	15748	15320	11231	12304	13051	10154	10493	11366

Fonte: Fundação Seade. / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Org.: Autores (2014)

Com esses dados fica evidente o êxodo rural se consolidando a partir da década de 1950, pois se comparado aos dados de 1940, verifica-se a redução em 63,78% do número de habitantes do espaço rural. Os maiores valores de crescimento populacional foram nas décadas de 1940 e 1991, este último se comparado a 1980, obteve o crescimento 17,47% de habitantes na área urbana.

Uma hipótese plausível para o êxodo rural é a industrialização, mecanização do campo, inserção de produtos químicos (devido ao pacote tecnológico eminente na época, que visava uma ampliação da produção com a finalidade de aumentar a exportação do país). A população que migrou do campo teve como destino não só a área urbana deste município, mas também as cidades limítrofes a Tabapuã. Tal fato é evidenciado na tabela 1, pois nesta observou-se que se comparado o ano de 1940 a 2010, houve o crescimento da população urbana de 346%, contudo, houve redução da população rural em 95%.

Na Tabela 2 pode-se observar que ao longo do período 1999-2012 o PIB (Produto Interno Bruto) municipal cresceu em todos os setores analisados: agropecuária, indústria e serviços. No que se refere ao meio rural, mesmo com o número reduzido de trabalhadores no setor primário, houve aumento de produção devido à alta tecnificação (mecanização e inserção de implementos agrícolas) empregada no processo produtivo de cultivos relacionados ao agronegócio, como a cana-de-açúcar, por exemplo.

No entanto, verificou-se que, comparando o ano de 2012 a 2011, houve a redução do PIB relacionado ao setor agropecuário de 8,5%, em contrapartida, os serviços obtiveram o aumento de 1,08% e a indústria de 0,73%.

⁴ “Pelo Decreto Estadual nº 9775, de 30-12-1938, o Município de Tabapuã adquiriu o Distrito de Novais do Município de Catanduva; perdeu o território do extinto Distrito de Ibarra para o novo Distrito de Catiguá, do Município de Catanduva. A mesma Lei que extingue o Distrito de Ibarra cria o Distrito de Novais. Em 1939-1943, o Município de Tabapuã é composto dos Distritos de Tabapuã e Novais - e pertence ao termo e comarca de Catanduva” (HISTÓRICO/IBGE, 2014).

Até 1995 Novais era distrito de Tabapuã, com a Lei Estadual nº 7664, de 30 de dezembro de 1991, desmembra do Município de Tabapuã o Distrito de Novais. Sendo assim, pode-se considerar com um fato de crescimento populacional principalmente na década de 1940 e de decréscimo populacional em 1996.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB) de Tabapuã, SP de 1999 a 2012
(em milhões de reais e %)

Ano	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Total
1999	17,11	32,19	5,10	9,59	30,94	58,21	53,15
2000	10,64	22,83	5,37	11,52	30,59	65,64	46,60
2001	24,21	37,55	5,31	8,23	34,94	54,19	64,47
2002	33,04	40,46	6,53	7,99	42,09	51,54	81,66
2003	36,24	41,19	6,65	7,55	45,08	51,24	87,97
2004	24,08	33,01	7,34	10,06	41,52	56,93	72,93
2005	28,97	33,80	7,56	8,82	49,17	57,37	85,70
2006	35,14	34,65	9,65	9,52	56,61	55,83	101,39
2007	34,54	32,36	9,05	8,47	63,14	59,15	106,73
2008	31,67	28,60	9,90	8,94	69,13	62,44	110,71
2009	45,14	33,13	11,57	8,49	79,53	58,37	136,24
2010	67,38	40,06	12,51	7,43	88,27	52,49	168,16
2011	70,05	39,36	14,13	7,93	99,06	55,66	177,97
2012	52,62	30,86	14,77	8,66	103,10	60,47	170,49

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Org.: Autores (2014).

As mudanças agregadas ao espaço rural de Tabapuã foram essenciais no processo de organização/reorganização socioespacial do município. Neste sentido, Migliorini (1950) destaca que o estudo da evolução histórica de determinado cultivo proporcionará o conhecimento pleno da organização agrícola. A partir da análise dessas três culturas, pode-se perceber os efeitos provocados de forma diferenciada no suceder dos tempos na agricultura familiar.

Contextualização da expansão das monoculturas de café, laranja e cana-de-açúcar em Tabapuã

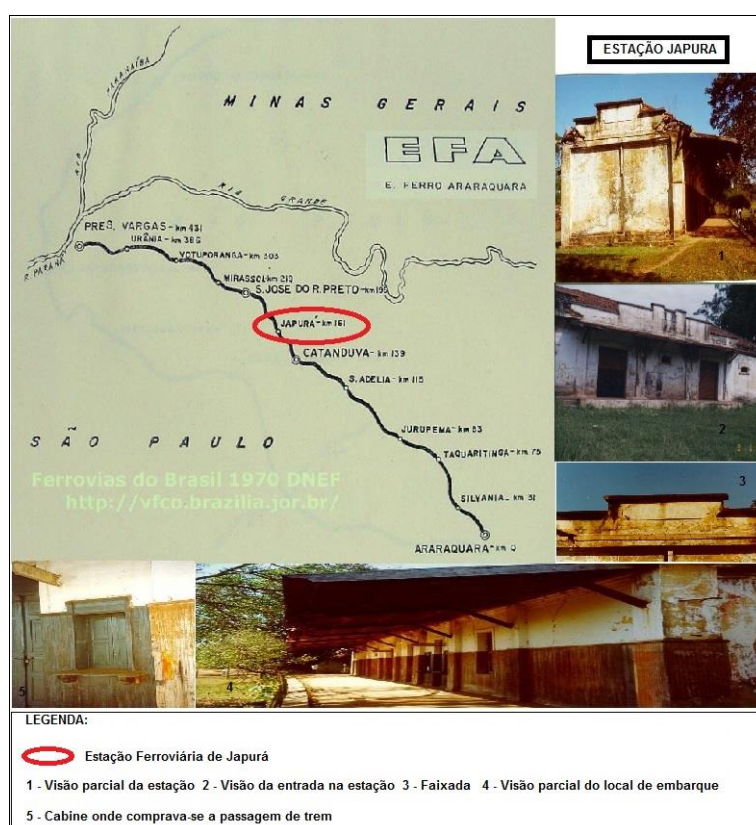
Com a iniciativa do governo de trazer imigrantes europeus para trabalhar na lavoura de café, ocasionou o aumento de mão de obra e, conseqüentemente, houve a expansão deste cultivo no estado. Monbeig (1998) descreve sobre a faixa pioneira do estado de São Paulo, a qual a região deste estudo ainda se encontrava em processo de início de exploração e necessitava de mão de obra para o plantio do café, pois para expandir suas lavouras era necessário derrubar as florestas para arar a terra e plantar.

A partir do desenvolvimento das ferrovias (EFA⁵) adentrando o estado (do município de Araraquara à estação de Presidente Vargas em Rubinéia), aumentou e desenvolveu municípios, pertencentes a Alta Araraquarense, a linha-tronco cortou assim a faixa

⁵ Estrada de Ferro de Araraquara.

pioneira dos fazendeiros de café, e ainda com a necessidade de povoar e expandir a cafeicultura pelo estado, a ferrovia contribuiu para levar os imigrantes europeus pelo território paulista, além do seu objetivo principal que era agilizar o escoamento da produção de café. E uma dessas estações era a do Japurá, localizada onde se encontra o atual município de Tabapuã, já havendo nos arredores algumas famílias presentes no futuro município que foram pioneiras na exploração das terras pertencente a atual configuração municipal.

A estação Japurá, foi aberta em 1911 e em 1955, com a retificação do trecho, foi deixada fora da linha, ao lado surgiu uma “vila com certo movimento enquanto serviu como estação”⁶.



Mosaico 1 – Estação Ferroviária de Japurá

Fonte de dados: Estações ferroviárias do Brasil⁷.

Org.: Autores (2015)

No café, uma das dinâmicas nas recentes propriedades, se deu sob a forma da meação, em que o chamado “meeiro”, recebia permissão do dono das terras para cultivá-las em troca

⁶ Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/j/japura.htm>. Acesso em: 11 jun 2015.

⁷ Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br/j/japura.htm. Acesso em: 16 abr 2015.

do fornecimento de 50% da produção colhida⁸. O café após colhido passava pela secagem dos grãos nos “terreirões”, era ensacado e vendido para as beneficiadoras de café. No município de Tabapuã há uma máquina, que hoje é centenária e encontra-se preservada no museu do café. Nela, o café era selecionado, limpo e aprovado para o consumo e a venda. O processo era chamado de beneficiar o café.

E uma *landmark* de um desses processos está reportada na fotografia 1, onde na propriedade de agricultores familiares se produzia café.



Fotografia 1 – Tabapuã (SP): “Terreiro” de café.⁹
Fonte: Autores (2015)

O município, no início do século XX, caracterizava-se como eminentemente primário, predominando os espaços de produções agrícolas e pecuários. De acordo com Monbeig (1998, p.264) sobre a exploração do café, a “região de São José do Rio Preto a Tanabi e Monte Aprazível, passando por Mirassol e José Bonifácio era fraca de rendimento e tinha uma proporção de pequenas explorações apenas um pouco inferior da Alta Sorocaba, de

⁸ BUENO, E. Brasil: uma história. 2ª edição. São Paulo. Ática. 2003, p. 19.

⁹ Essa propriedade é de agricultores familiares, que tem como mão-de-obra a própria família, tem 50 hectares e utilizam do PRONAF. A propriedade está na família a cerca de 80 anos, imigrantes de italianos, já produziram café, laranja (como principais cultivos) e hoje a maior está arrendada para cana-de-açúcar e no restante estão plantados limão e manga.

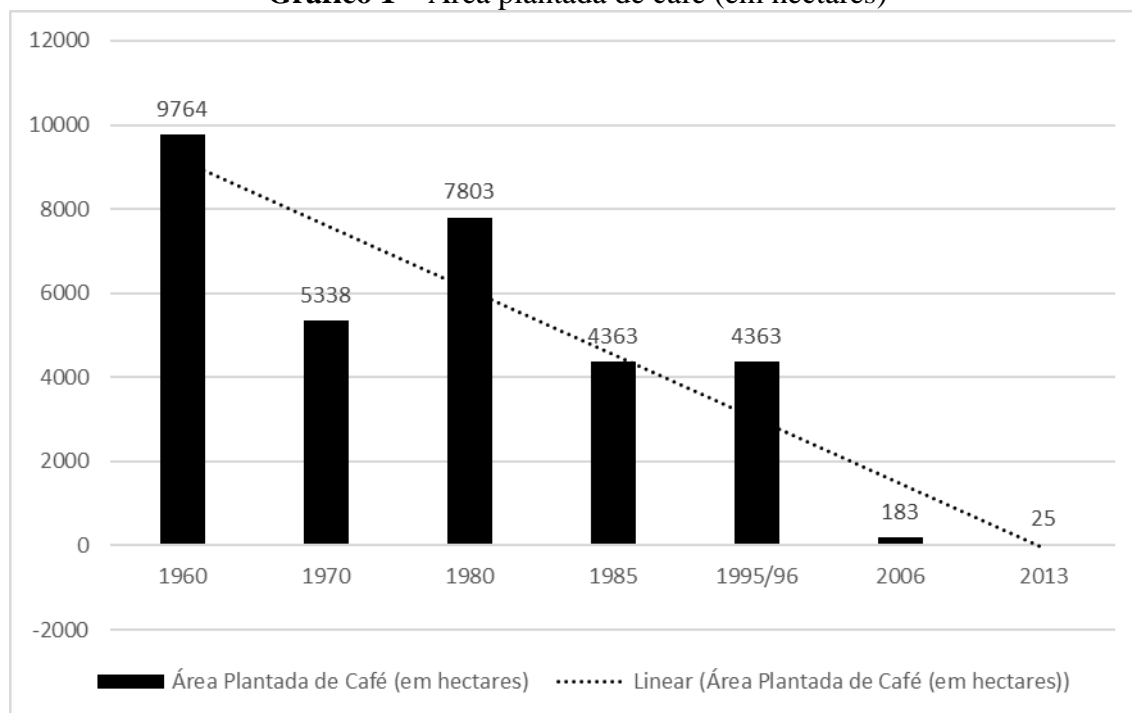
No 1º plano tem-se o terreiro para a secagem do café, ao lado a tuia onde guardava/armazenava o café e no 2º plano a primeira casa da família onde moravam um número de grande de pessoas. Hoje a outra casa mais moderna.

83%”, que era a maior, ou seja, o número de sitiantes era maior do que o de fazendeiros, por isso menor rendimento.

Com a queda da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, o café foi perdendo mercado (valor comercial), e por determinação do governo, o café estocado seria queimado. Isso desanimou tanto os pequenos quanto os grandes produtores, os mais estabelecidos financeiramente começam a alternar o plantio com algodão e cana. Porém apesar da insegurança dos produtores em continuarem a produzir café, esse motivo não foi o fim dos cafezais que continuaram a ser cultivados intensamente, como mostra o gráfico 1 até meados da década de 1990.

O gráfico 1 exemplifica, o quão foi explorado esse cultivo em Tabapuã e a atual conjuntura que se encontra.

Gráfico 1 – Área plantada de café (em hectares)



Fonte: Censo Agrícola do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1960, e Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e Produção Agrícola Municipal de 2013.

Org.: Autores (2015)

Têm-se episódios climáticos como o de geadas que também contribuiu de um certo modo a levar o cultivador a investir em outro produto. Com isso, essa cultura foi dando lugar a uma nova expansão de monocultura. Expande-se então, no espaço rural de Tabapuã o

cultivo da laranja, voltado também à exportação por meio da industrialização do suco da fruta.

E em uma retomada histórica, nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil passa por um grande avanço na dinâmica espacial, promovida pela implantação de políticas públicas para o desenvolvimento nacional, resultando em novos rumos econômicos para o país. O agricultor, nesse momento, se articulava com as indústrias, por meio de contratos, que regiam o mercado da fruta.

Segundo Graziano da Silva (2003, p. 95) a modernização da agricultura “[...] era a necessidade de expansão da oferta agrícola para fazer frente ao crescimento industrial (matéria-prima) e da urbanização (alimentos)”. Inocêncio e Calaça (2010, p. 284) ainda salientam que “[...] a década de 1970, no Brasil, é caracterizada por forte concentração urbana, consequência da migração campo-cidade, que se acentuou devido ao desenvolvimento industrial”.

Andrade (1976) elenca alguns fatores que contribuíram para o crescimento da produção para exportações a partir da década de 1960, tais como, a implantação do sistema socialista em Cuba; a expansão da agricultura canavieira em áreas mais favoráveis, sobretudo no Sudeste e Sul; a política de comércio exterior mais agressiva pelo governo brasileiro; e a ascensão dos preços do açúcar no mercado mundial.

Em meados de 1970, ocorreu a chamada revolução técnico-científica, intensificando os processos de industrialização do país e, conseqüentemente, imprimindo uma nova dinâmica e configuração promovida pela modernização do campo brasileiro. “Na década de 70, com a expansão e consolidação da indústria de suco de laranja concentrado e congelado, para atender basicamente ao mercado externo, a agroindústria citrícola passou a ter papel de destaque na economia brasileira” (MAIA, 1996, p. 8).

O Estado de São Paulo estava passando, nesse momento, por um período de transformações, deixando de ser totalmente produtor primário e passando a se industrializar (principalmente indústrias ligadas ao suco de laranja e a cana-de-açúcar). O expansionismo da cultura de laranja ocorreu de forma vertiginosa, tanto que na década de 1980 mais de um milhão de plantas cítricas haviam sido plantadas no território brasileiro e o estado de São Paulo era responsável por 70% das laranjas e 98% do suco que o Brasil produzia (NEVES, 2001, p. 9). Ocorria, então, uma “substituição” efetiva dos pomares de café, passando-se a investir agora nos de laranja.

De acordo com Amaro, Vicente e Bapstitella (2001, p.3) “[...] a cultura da laranja encontra, em todo o estado de São Paulo, boas condições climáticas para estabelecer-se. Contudo, a principal região produtora ocupa um eixo que se estende de Campinas aos extremos norte e noroeste do Estado”.

Esse cultivo foi bem aceito no local deste estudo e, sobretudo, pelos agricultores familiares, que tinham como mão de obra para arar a terra, o plantio, adubação, os familiares residentes na propriedade ou não, porém na colheita da fruta necessitam de contribuição.

Os autores Amaro, Vicente e Baptistella (2001., p. 19) descrevem sobre esse fato e a contratação de mão de obra extra.

Cabe destacar que a partir da safra agrícola 1995/96, ela passou a ser quase totalmente de responsabilidade e administração dos próprios citricultores, os quais devem encarregar-se de contratar as turmas de colheita e transporte das frutas. Anteriormente, durante a vigência do “contrato de participação” (1985/86 a 1994/95), a colheita, geralmente, era administrada pela indústria, que empregava pessoal especializado e, posteriormente, descontava dos produtores os custos incidentes e previamente fixados nos contratos de compra e venda da fruta.

Esses apontamentos dos autores são confirmados pelos agricultores entrevistados do município de Tabapuã, que relataram a contratação de boias-frias para a colheita do fruto, pois havia a necessidade de mão de obra extra. Dessa forma, eram contratados por um período determinado, os “boias-frias” (trabalhadores temporários ou volantes, recrutados em determinados períodos por uma pessoa responsável pela intermediação).

E sobre como a fruta chegava as agroindústrias, a figura 2 representa o processo de carregamento dos caminhões que levavam o produto, demonstrando a estrutura utilizada à época para o carregamento dos caminhões para o transporte desta cultura para o processamento agroindustrial.

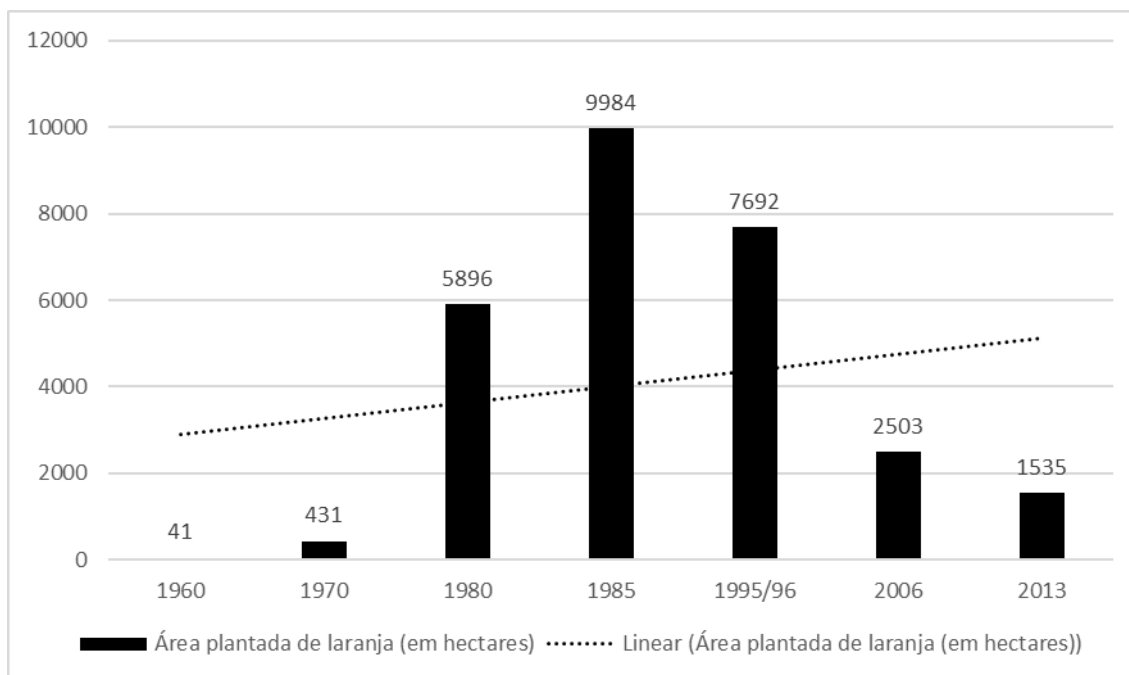


Figura 2 – Local (abandonado) de descarregamento da fruta da laranja para o caminhão

Fonte: Autores (2015)

Em relação a produção dessa cultura, de acordo com os censos Agrícola e Agropecuários, o gráfico 2 demonstra a exploração do cultivo de laranja no município, que tem seu auge principalmente nas décadas de 1980 e 1990, devido à instalação de agroindústrias na região, como exemplos a Cutrale e Citrovita.

Gráfico 2 – Área plantada de laranja (em hectares)



Fonte: Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e Produção Agrícola Municipal de 2013.

Org.: Autores (2015)

Adentrando a questão da expansão do cultivo de cana de açúcar, salientam-se as duas últimas décadas do século XX, as quais esta cultura obteve significativo crescimento da área plantada em vários lugares do Brasil. No que tange o município foco investigativo, destaca-se que o cenário rural foi transformado em função desta atividade, principalmente, após a instalação de usinas sucroalcooleiras na região. Atualmente, os municípios fornecedores são: Catanduva, Catiguá, Paraíso, Ibirá, Itajobi, Novo Horizonte, Pindorama, Palmares Paulista, Santa Adélia, Ariranha, Tabapuã, Uchoa, Urupês, Irapuã, Cândido Rodrigues, Borborema, Fernando Preste, Itápolis e Vista Alegre do Alto¹⁰.

Em relação a importância que esta cultura possui para o noroeste paulista Bray (2014, p.42). “A área de Catanduva é considerada o sexto núcleo canavieiro do estado de São Paulo a se consolidar, após as regiões de Piracicaba, Ribeirão Preto/Sertãozinho, Araraquara, Jaú e Vale do Paranapanema”. E é constituída por quatro usinas de açúcar e álcool e quatro destiladas autônomas de álcool, como pode ser verificado na tabela 3.

Tabela 3 – As agroindústrias de açúcar e álcool da área canavieira de Catanduva

Usinas e Destilarias	Ano de Fundação	Municípios
São Domingos	1952	Catanduva
Catanduva	1952	Catanduva (Atualmente Ariranha)
Cerradinho (antiga Romão)	1963	Catanduva
São José da Estiva (ex-Usina Chibarro de Araraquara)	1963	Novo Horizonte
Colombo	1976	Ariranha
Nardini	1978	Vista Alegre do Alto
Itajobi (Destil.)	1980	Itajobi
Santa Isabel	1981	Novo Horizonte

Fonte de dados: BRAY, S. C. (2014, p.43)

A tabela 4 mostra a evolução da produção de açúcar no estado de São Paulo, no Brasil e nas Usinas de Catanduva.

¹⁰ Localização da Área Canavieira de Catanduva: “localiza-se no Médio Planalto Ocidental Paulista, no setor Centro-Norte do estado, denominado de Média Araraquarense. Esse complexo agroindustrial canavieiro, açucareiro e alcooleiro de Catanduva, é constituído por 19 municípios usineiros e fornecedores” (BRAY, 2014, p. 42).

Tabela 4 - Produção de açúcar em sacas de 60 Kg, nas safras 1950/51, 1954/55, 1959/60, 1960/61, 1964/65, 1969/70, 1970/71, 1974/1985

Ano	São Paulo	Brasil	Usinas de Catanduva
1950/51	6.729.784	24.800.000	-
1954/1955	13.167.944	33.500.000	81.109
1959/60	20.859.885	50.864.051	219.243
1960/61	23.973.077	54.349.757	246.963
1964/65	26.814.502	59.421.844	378.229
1969/70	31.504.655	72.215.665	835.643
1970/71	83.327.684	40.606.083	1.150.554
1974/85	112.009.625	55.771.145	1.818.845

Fonte de dados: BRAY, S. C. (2014, p 48 e 51)
Org.: Autores (2015)

Com expansão da cana-de-açúcar em área antes destinadas à cultura alimentar. Bray (2014, p. 55), aponta que,

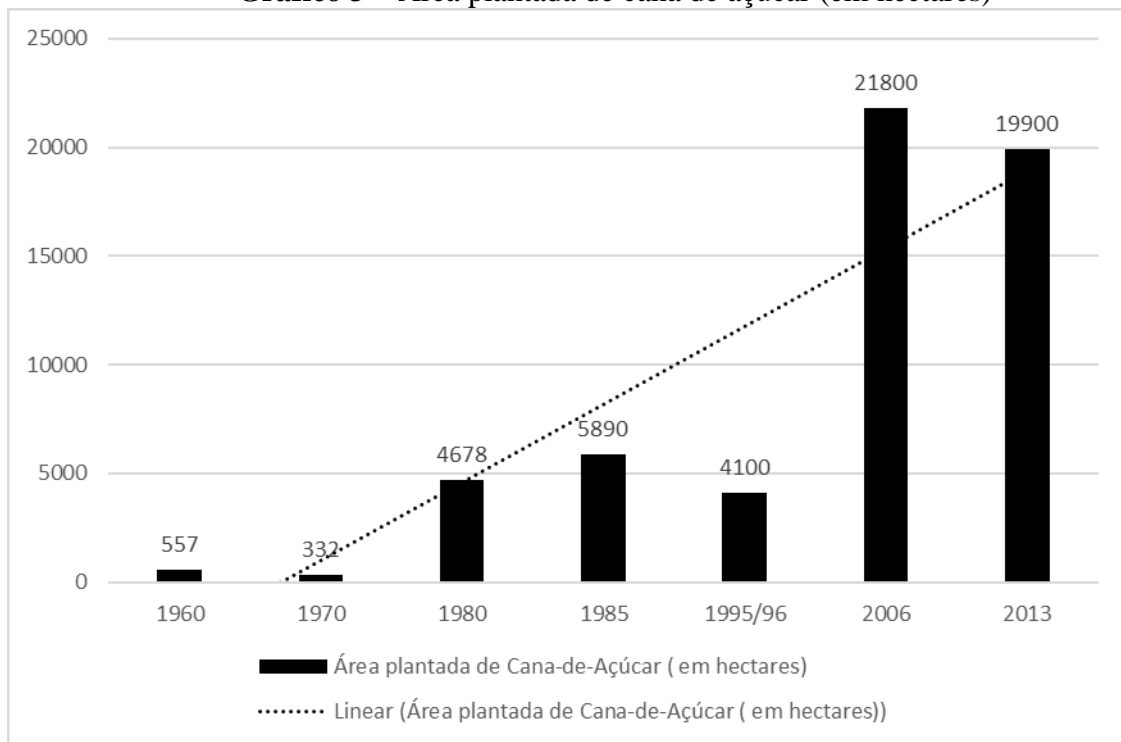
O reequipamento industrial das usinas e a realocização para áreas diversas, menos disputadas e de terras mais baratas, provocou naturalmente, a concentração de renda, uma vez que os empréstimos eram feitos a juros negativos e com período de carência ponderáveis, fazendo expandir a cana-de-açúcar por áreas anteriormente dedicadas às culturas alimentares.

Com esse plantio houve uma nova reorganização na estrutura de produção, no caso, arrendamento de terras para usinas sucroalcooleiras, as quais são responsáveis pela produção por determinado tempo, mediante contratos, e a mão de obra muitas vezes provém da Região Nordeste, nos períodos de colheita (ou safra), acarretando na vinda sazonal de emigrantes para o município.

“A usina São Domingos iniciou o arrendamento de terras no ano de 1974. Foi a partir da década de 1970 que as agroindústrias da área passaram a essa nova forma de monopolização de terras, além da compra” (BRAY, 2014, p. 53).

O gráfico 3 mostra a proporção e evolução da presença do cultivo de cana no município.

Gráfico 3 – Área plantada de cana de açúcar (em hectares)



Fonte: Censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e Produção Agrícola Municipal de 2013.

Org.: Autores (2015)

As mudanças agregadas ao espaço rural foram substancialmente impactantes para o desenvolvimento da agricultura familiar. Tal fato é evidenciado pela necessidade da expansão das culturas de fundamental importância para atender a demanda do mercado consumidor externo, bem como, por meio de ações e estratégias de cunho tanto internacional privado, quanto público nacional, os quais foram essenciais para a expansão destas culturas. Em contrapartida os agricultores familiares consolidados tornaram-se subordinados aos interesses capitalistas.

Ressalta-se uma breve caracterização deste conceito, o qual “[...] se distingue pelo seu processo histórico de intensa organização política de homens e mulheres em torno de uma agricultura de base familiar, fundamentada na produção da policultura e, muitas vezes na produção integrada, na própria monocultura do pacote tecnológico” (SANTOS, 2011, p. 322).

Ainda segundo Santos (2011, p. 322),

A concepção de território é compreendida no caso da agricultura familiar como uma forma de resistência e sobrevivência, para homens e mulheres que desde a década de 1940 tem construído sobre este espaço relações de empoderamento do espaço a partir da política, da economia, da cultura e também de acordo com as condições naturais.

No que tange a importância desta forma de produção, salienta-se que “A agricultura familiar afigura-se como uma peça-chave, embora não exclusiva, do desenvolvimento integrado e sustentável, a ser definido em escala local, tornando-se como unidade territorial o município ou eventualmente consórcio de município” (SACHS, 2001, p. 79).

Para Candiottto (2011) apesar de haver a existência dessa polaridade no cenário rural entre agronegócio e agricultura familiar. O autor não vê duas realidades como contrapostas, para o mesmo é possível à incorporação de técnicas e métodos de cultivo e manejo agropecuário provenientes do agronegócio, por parte de diversas unidades produtivas familiares, como por exemplo: “a integração dos agricultores familiares com grandes agroindústrias, para a criação de aves, suínos, leite, fumo, entre outros produtos”.

Deste modo, aponta-se que, “[...] não se pode negar que o agronegócio vem influenciando as atividades e o modo de vida familiar e, que há uma tendência de ampliação desta influência” (CANDIOTTO, 2011, p. 277).

Frederico (2014) completa, colocando que o agronegócio, como foi escalado pelo Estado, como já o fizera anteriormente, “a tabula salvadora da política macroeconômica externa brasileira, exigindo fortes alterações na organização e no uso do território das áreas de agricultura moderna” (FREDERICO, 2014, p.2134).

E ainda Frederico (2014, p. 2134) explica que,

Dentre as principais alterações territoriais destacam-se: a aceleração no ritmo de expansão da fronteira agrícola em substituição à vegetação nativa e a pequena produção de base familiar; a intensificação da produção e o aprofundamento da especialização regional produtiva; o aumento da concentração fundiária; a estruturação de uma nova divisão territorial do trabalho das grandes empresas e das atividades do agronegócio e o planejamento e a construção de infraestrutura praticamente monofuncionais com o intuito de viabilizar o escoamento da produção.

Com essas adulterações no campo, o agricultor tenta se inserir e participar da dinâmica do “desenvolvimento agrícola” com financiamentos proporcionados pelo PRONAF, que custeiam safras, as atividades agroindustriais, seja para investimento em maquinário, equipamento ou mesmo em infraestrutura. E por microcrédito rural que é voltado para a produção e geração de renda das famílias agricultoras de mais baixa renda do meio rural (BRASIL, 2015).

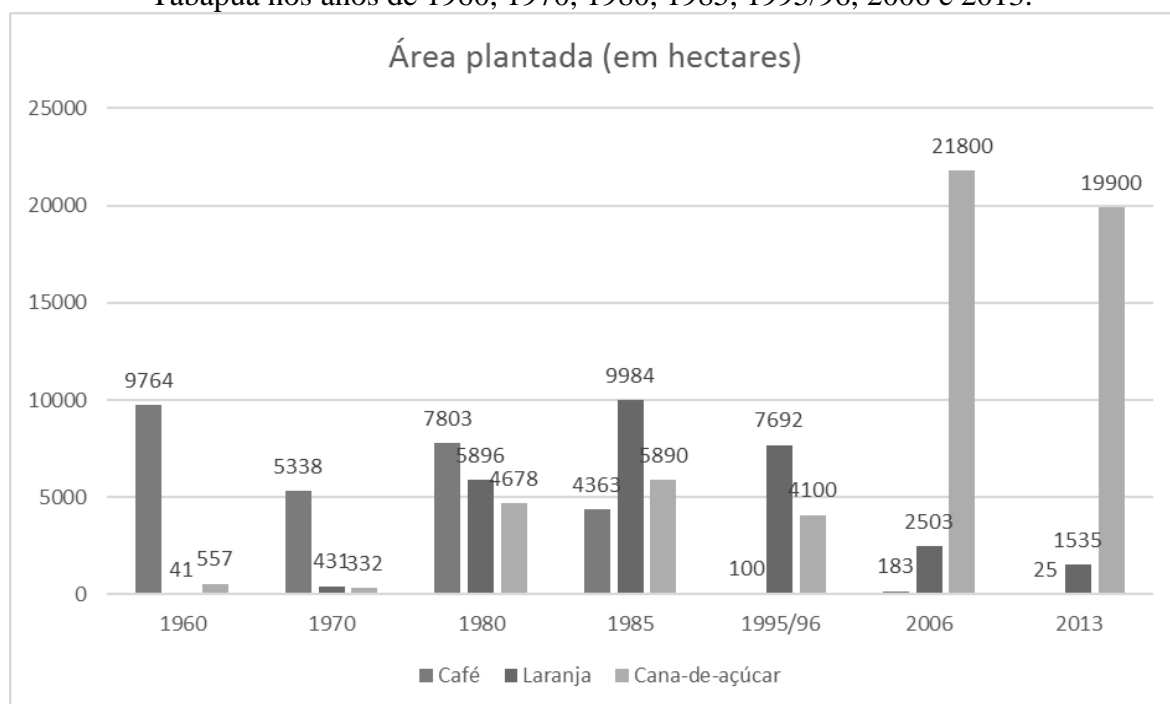
Análise dos resultados

As estratégias adotadas pelos produtores familiares são distintas, em virtude de vários fatores, como por exemplo: a quantidade limitada da terra; o número de filhos; as adversidades edafoclimáticas¹¹ e, sobretudo, a dinâmica econômica local e regional em que essas unidades se encontram inseridas. Entretanto, mesmo conseguindo adaptar-se às adversidades, “no plano individual, os desvios e os fracassos são sempre numerosos. A própria adaptação não segue uma trajetória linear” (LAMARCHE, 1993, p. 17).

E isso reflete na agricultura familiar, Lamarche (1993, p. 184) descreve que “evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto”.

Os gráficos 4 e 5 apresentam informações da área plantada em hectares (ha) e quantidade produzida em toneladas (ton) no período investigado em Tabapuã.

Gráfico 4 – Área plantada (em hectares) de café, laranja e cana-de-açúcar no município de Tabapuã nos anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2013.



Fonte de dados: Censo Agropecuário do IBGE¹² de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 e PAM¹³ de 2013 – Acessado em maio de 2015

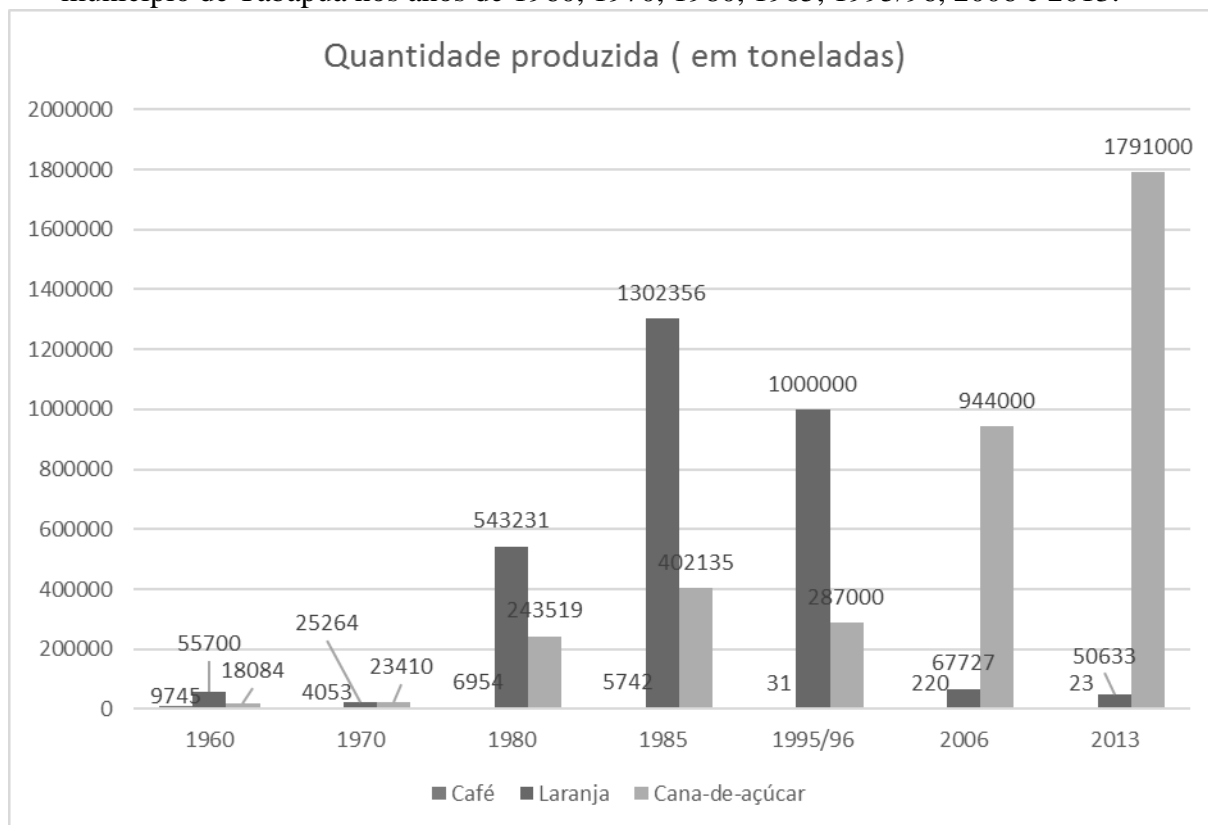
Organização: Autores (2015).

¹¹ Relaciona-se aos fatores: Topografia, profundidade, temperatura, precipitação, luminosidade e outros.

¹² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹³ Produção Agrícola Municipal.

Gráfico 5 – Quantidade produzida (em toneladas) de café, laranja e cana-de-açúcar no município de Tabapuã nos anos de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2013.



Fonte de dados: Censo Agropecuário do IBGE de 1960, 1970, 1980, 1985, 1995/96 e 2006 e PAM de 2013 – Acessado em maio de 2015

Organização: Autores (2015)

Por ser um dos 19 municípios que integram a Área Canavieira de Catanduva, Tabapuã acaba tendo reflexos dessa exploração, 19.900 hectares de área plantada (segundo o gráfico 4) foram destinados ao cultivo da cana-de-açúcar, ou seja, quase metade da área agrícola total do município. O que causou a redução da força de trabalho empregada na atividade, devido a mecanização e ao arrendamento de terras para as usinas sucroalcooleiras.

Em relação ao cultivo da laranja, haviam 1.535 hectares plantados em 2013, cultura essa que foi na segunda metade do século XX, um dos principais cultivos produzidos no município, favorecido pela instalação na região de agroindústrias como a Cutrale e a Citrovida. No mesmo ano, no entanto, eram apenas 25 hectares de café no município de Tabapuã, cultura que foi predominante no início do século XX, propulsor da imigração de europeus, dos quais muitos se tornaram agricultores familiares.

Com o gráfico 5 fica evidente o reflexo do pacote tecnológico, a mecanização na agricultura, inserção de insumos químicos e a indústria. Em 1970, 1975 e 1985 a área

plantada de café era maior que as outras duas, porém se produziu muito mais laranja e cana-de-açúcar, devido à inserção, por exemplo, de agroindústrias cítricas e usinas sucroalcooleiras na região, bem como, devido a mecanização do campo, o uso de defensivos e fertilizantes químicos, aliado a evolução das técnicas de produção.

Assim, evidencia-se a mudança de cultivos pela cana-de-açúcar, em áreas antes ocupadas pelas lavouras de laranja e de café, mas também, e, sobretudo, em áreas de agricultura familiar, o que tem provocado aumento no êxodo rural nas últimas décadas, pois apenas 8% da população municipal reside atualmente no campo (IBGE, 2010).

Contudo, têm-se que o contexto atual do campo brasileiro é marcado pelo quadro de exclusão social e exige uma readequação das políticas voltadas ao desenvolvimento rural. “É fundamental criar políticas e programas orientados para um desenvolvimento combinado com a distribuição de renda e de riqueza” (DAVID, 2008, p. 17). E “adotar políticas agrícolas e sociais direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar, associadas à efetiva reforma agrária, capaz de promover a desconcentração da propriedade da terra, garantindo o trabalhador rural, acesso à terra e ao trabalho” (DAVID, 2008, p. 16-17).

Conclusões

Averiguou-se que, por meio da expansão das monoculturas, no período específico de cada atividade, foram prejudiciais para a manutenção, bem como, evolução da produção de culturas alimentares. Neste panorama, salienta-se a cana de açúcar, a qual tem avançado sobre as terras da agricultura familiar, devido sua forte valorização no mercado, instalação de usinas na região e formação da Área Canavieira de Catanduva, causando um aumento no êxodo rural, forçando o agricultor a buscar alternativas para resistir no campo. Tal assertiva refere-se, principalmente, a importância desta cultura para o processamento de açúcar que é destinado ao mercado externo e interno, bem como, para a fabricação de etanol, este atende, especialmente, o mercado interno.

O agricultor se encontra pressionado pelo grande capital e acaba arrendando suas terras para as usinas, e se deslocando para a cidade. Os que persistem, e submetem-se ao arrendamento, utilizam seus poucos hectares, ou o que resta próximo as suas residências, para cultivar hortaliças ou frutas (como o limão, a manga e a tangerina, por exemplo) para o consumo próprio ou mesmo para atender o mercado local e/ou regional.

No entanto, há agricultores que buscam outras alternativas, como por exemplo a seringueira (investimento a longo prazo por se tratar de um cultivo permanente, a mesma não é uma exploração recente na área de estudo, porém há evidência de que esse cultivo possa se tornar uma nova expansão de monocultura).

Dentre os entrevistados, a maioria resiste no campo alegando que “vive do sítio”, “trabalho”, “a única coisa que sabe fazer”, “nasceu na área rural”, “que foi o pai que ensinou a lidar”, “porque gosta do lugar onde nasceu” e até mesmo “para não abandonar o sítio”, esses foram alguns dos argumentos levantados pelos que continuam morando na área rural. Sendo assim, fica evidente a questão cultural e principalmente a de pertencimento ao lugar que fazem com estes agricultores continuem residindo no espaço rural, no entanto, devido a falta de interesse por vezes público para o desenvolvimento e manutenção da agricultura familiar, bem como, devido a falta de esclarecimento destes atores, resultam os problemas enfrentados no dia a dia desta população.

Referências

- AMARO, A. A.; VICENTE, M.C.M.; BAPTISTELLA, C. da S. L. Citricultura paulista: tecnologia e mão-de-obra. *Revista Laranja*: Cordeirópolis, v. 22, n. 1, 2001, p. 1 – 37.
- Apex-Brasil. *Conjuntura e estratégia: as exportações brasileiras e os ciclos de commodities: tendências recentes e perspectivas*, 2011. Disponível em: <http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/1BCCCOMMODITIES_20130524125455.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2015.
- BARROS, G. S. d. C. *Agricultura Familiar*. CEPEA: São Paulo. Disponível em: www.cepea.esalq.usp.br. Acesso em 11 Ago 2015.
- BRASIL. Lei Federal nº. 11.326/2006. *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/materiais/xml/do/secao1/2237771.xml>>. Acesso em: 09 jun 2014.
- BRAY, S. C. As políticas do Instituto do Açúcar e do Alcool e do Programa Nacional Alcool e suas influências na área açucareira – alcooleira de Catanduva. In.: RUAS, D. G. G.; FERREIRA, E. R.; BRAY, S. C. *A agroindústria sucroalcooleira nas Áreas Canavieira de São Paulo e Paraná*. UNESP/IGCE Pós-Graduação em Geografia: Rio Claro, 2014, p. 42 – 73.
- CANDIOTTO, L. Z. P. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C.; MARAFON, G. J. *Territorialidade e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas*. 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 275-298.
- DAVID, C. D. Agricultura familiar em assentamentos rurais: contribuição à dinâmica regional do sul do estado do rio Grande do Sul. In.: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. *Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano*. Uberlândia: Assis editora, 2008, p. 15-38.

FREDERICO, S. Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. *Revista Geografia (Rio Claro. Impresso)*, v. 37, p. 5-18, 2012. Disponível em: <[http://www.ige.unicamp.br/geoplan/reagri/wpcontent/themes/Globus/downloads/Frederic o_Imperativo%20da%20exporta%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.ige.unicamp.br/geoplan/reagri/wpcontent/themes/Globus/downloads/Frederic_o_Imperativo%20da%20exporta%C3%A7%C3%A3o.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2014.

FREDERICO, S. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. In.: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. *Anais: Dinâmicas e conflitos territoriais no campo e desenvolvimento rural...* São Paulo: USP, 2014.

Graziano da Silva, J. *Tecnologia e agricultura familiar*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

INOCÊNCIO, M. E.; CALAÇA, M. Estado e território no Brasil: reflexões a partir da agricultura no Cerrado. *Revista IDEAS (Interface em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)*, v. 4, n. 2, 2010, p. 271-306. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v04/n02/IDEASv04_n02Artigo_INOCENCIO_e_CALACA.pdf>. Acesso em: 10 jun 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia – IBGE. @Cidades. Tabapuã. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355260>. Acesso em 30 jun 2014.

LAMARCHE, H. (Coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MAIA, M. L. *Citricultura paulista: evolução, estrutura e acordo de preços*. IEA: São Paulo, 1996, p. 175.

MIGLIORINI, E. *A Geografia Agrária no quadro da ciência geográfica*. São Paulo: Boletim Geográfico, 1950, p. 1.072-91.

MOMBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. 2ª Ed. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora HUCITEC, EDITORA POLIS, 1998, p. 392.

NEVES, M. F.; et al. *O retrato da citricultura*. Markestrat (Centro de Pesquisa e projetos em Marketing e estratégia – FEA/USP): São Paulo, s.d., p. 71.

SACHS, I. (2015). *Brasil rural: da redescoberta à invenção*. São Paulo: Estud. Av. , v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a08.pdf>. Acesso em: 02 mar 2014.